

## CONHECIMENTOS GERAIS

**O texto a seguir serve para as questões 01 a 05. Leia-os atentamente.**

Por que obras públicas atrasam tanto?

Incompetência, corrupção, burocracia? Em todas as esferas de governo - União, Estado e municípios - obras se arrastam prejudicando a população e trazendo prejuízos econômicos graves à sociedade

Publicado em 04/11/2017 às 18h40  
Atualizado em 05/11/2017 às 07h03

### **A LEGISLAÇÃO É ULTRAPASSADA**

*Enio Bergoli é diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-ES)*

Os atrasos na condução de obras públicas no Brasil são decorrentes de uma conjugação de muitos fatores. Em síntese, dificultam a execução dos investimentos públicos: marco regulatório das contratações públicas e suas implicações, planejamento das obras, desapropriações, interferências decorrentes da ocupação desordenada do solo, mecanismos de controle público, gestão e qualificação de instituições públicas e privadas e licenciamentos, dentre outros.

A legislação para contratações públicas é ultrapassada, incorre em excesso de burocracia e contribui para dilatar prazos.

A lógica atual, onde a administração define todos os aspectos de execução da obra, engessa o escopo dos serviços, afasta novas soluções técnicas, dificulta as alterações cotidianas na dinâmica de uma obra de engenharia e colabora para eventuais atrasos.

Uma nova legislação deve ter foco no desempenho da contratada, concedendo maior liberdade para a busca de soluções técnicas e menor interferência estatal. Em decorrência, o privado deve assumir maior responsabilidade na condução dos empreendimentos.

O fracasso das contratações, a morosidade e a paralisação de obras públicas também são decorrentes de deficiências no planejamento, no projeto. O projeto de engenharia é item essencial, complexo e determinante para o sucesso de uma obra. As consequências de projetos frágeis passam por retardamento na execução, aditivos e até rescisão contratual da obra.

Países do Primeiro Mundo valorizam mais a fase de planejamento. Por exemplo, a obra do Canal da Mancha, que liga a França e a Inglaterra, levou sete anos para ficar pronta. O projeto levou mais de dez. Precisamos romper com a cultura do curto prazo.

O processo de desapropriação de áreas e benfeitorias é lento. Embora as obras públicas sejam de interesse social, há demora na tramitação dos processos judiciais para que os governos possam ter a posse e iniciar o investimento.

Também é comum nas cidades brasileiras a ocupação do solo de forma desordenada e sem planejamento para a habitação e infraestrutura decorrente desse processo, como redes de água, esgoto, energia e de dados. Em decorrência, as obras de engenharia estão sujeitas a essas diversas interferências.

Para romper com a cultura do atraso nas obras, motivada por muitos fatores, há a necessidade de muitas frentes de trabalho para que ocorram mudanças no público e no privado.

Não é o caso de reduzir o controle e a fiscalização, mas de agilizar os processos. Melhorar a legislação, valorizar o planejamento, contratar de forma realista e controlar com um olhar de empreender fariam um Brasil melhor.

**1. Para tratar sobre a demora em se concluir obras públicas, inicialmente, o autor do texto 01 evidencia que o fator prioritário dessa demora é**

- a) a inércia dos órgãos de controle;
- b) uma falha no planejamento dos projetos;
- c) a corrupção dos agentes públicos e executores;
- d) uma legislação defasada e arcaica;
- e) a morosidade das decisões de intervenções nos projetos executados.

**2. O autor do texto 01 aponta um procedimento comumente visto em nosso país como um dos responsáveis pelo ritmo moroso das obras públicas brasileiras. Segundo o autor,**

- a) no Brasil, a fase de planejamento é sempre vilipendiada;
- b) no nosso país, a fase de execução dos projetos comumente possui riscos;
- c) no contexto nacional, o projeto de engenharia não tem sua relevância, por vezes apresenta-se frágil e mal elaborado;
- d) no Brasil, o planejamento e a execução de uma obra pública são morosos e corrompidos;
- e) nacionalmente, há duas culturas que interferem no bom andamento das obras públicas: a cultura do atraso e a da corrupção.

**3. Tendo por base as regras de acentuação das palavras constantes na atual Gramática oficial brasileira**

- a) as palavras *pública*, *interferências* e *regulatórias* são acentuadas por se tratarem de paroxítonas terminadas em a seguidas ou não de s;
- b) os vocábulos *técnicas*, *lógica* e *síntese* são acentuados por se tratarem de proparoxítonas;
- c) o vocábulo *forma* em “contratar de forma realista”, está corretamente grafado pois, no sentido em uso, não possui mais o acento diferencial;
- d) a palavra *consequência* pode tanto ser grafada sem o trema, como com tal sinalização, estando também correta a grafia *consequência*;
- e) as palavras *até*, *é* e *há* são acentuadas pois tratam-se de monossílabos átonos terminados em vogais.

**4. De acordo com o Novo Acordo Ortográfico, a palavra *infraestrutura* deve ser grafada corretamente sem o hífen que outrora separava a palavra. A regra que hoje orienta a sua ortografia também justifica a correta grafia de**

- a) girassol.
- b) autosserviço.
- c) micro-ondas.
- d) autoescola.
- e) interestadual.

**5. No trecho “engessa o escopo dos serviços”, a palavra em destaque pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por**

- a) corpo
- b) esboço
- c) alicerce
- d) início
- e) fito

**Leia a tira para responder às questões 6 e 7.**



Disponível em: <http://rapaduracult.blogspot.com.br/2013/03/anesia-e-o-ovo-da-pascoa.html>. Acesso em 25 fev. 2018

**6. Sobre os aspectos sintáticos da tira, observa-se que, no 4º quadrinho, para adequá-lo à norma, faz-se necessário operar uma adequação relacionada à**

- regência nominal.
- regência verbal.
- concordância verbal.
- concordância nominal.
- colocação pronominal.

**7. O uso da vírgula, no 1º balão, justifica-se pela presença de um**

- sujeito.
- vocativo.
- adjunto adverbial.
- objeto direto.
- predicativo do sujeito.

**Observe o texto para responder a questão 8.**



Disponível em: <http://www.perfilnews.com.br/estado/lei-estadual-proibe-bebidas-alcoolicas-a-menores>. Acesso em: 25 fev. 2018

**08. No texto principal da placa, o desvio de concordância se deve**

- à flexão do substantivo “venda”.
- à ausência de artigo antes do núcleo do sujeito.
- ao adjetivo predicativo “proibido”, o qual deveria ser “proibida”.
- ao complemento nominal “de bebidas alcoólicas”.
- à presença do verbo de ligação “é”, que obriga a existência de um predicativo.

**09. Em relação ao orçamento público, é correto afirmar que:**

- a Lei Orçamentária Anual poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais especiais e a contratação de operações de crédito.
- a Lei Orçamentária Anual é uma lei de iniciativa, em conjunto, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

- c) o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual é, constitucionalmente, proibido.
- d) os sistemas de acompanhamento e medição do trabalho, assim como dos resultados, são inexistentes no orçamento programa.
- e) a Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha qualquer parcela do capital social com direito a voto.

**10. Os princípios orçamentários asseguram o cumprimento dos fins a que se propõe o orçamento. Sobre os princípios orçamentários, assinale a afirmativa correta:**

- a) De acordo com o princípio da universalidade, todas as receitas e despesas devem estar contidas em uma só lei orçamentária.
- b) De acordo com o princípio da unidade, o orçamento deve compreender todas as receitas e os gastos necessários para a manutenção do serviço público.
- c) De acordo com o princípio da especificação, a lei não poderá conter dispositivo estranho à fixação das despesas e à previsão das receitas.
- d) De acordo com o princípio da anualidade, o orçamento deve ser elaborado e autorizado para um determinado período de tempo, geralmente um ano.
- e) De acordo com o princípio da clareza, o orçamento, como instrumento de controle prévio, deve chegar ao conhecimento dos representantes do povo e da comunidade.

**11. Sobre as normas gerais do Direito Financeiro, é correto afirmar:**

- a) Ao julgar irregulares as contas do chefe do Poder Executivo, o TCU, no exercício de suas competências, deverá ajuizar as ações civis e penais cabíveis.
- b) Segundo a classificação estabelecida na Lei nº 4.320/64, a receita pública proveniente de amortização de empréstimos corresponde à receita de capital e a despesa realizada para aquisição de imóveis já em utilização classifica-se como inversões financeiras.
- c) A Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe a prática da renúncia de receitas para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- d) De acordo com a Lei nº 4.320/64, pertencem ao exercício financeiro as receitas previstas e as despesas fixadas.
- e) A Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a lei complementar sobre finanças públicas, acrescentou novas normas ao planejamento estatal estabelecido pela Constituição Federal, revogando por completo a Lei nº 4.320/64.

**12. Segundo a Lei Orgânica e o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, é correto afirmar sobre a composição da Corte:**

- a) Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí serão nomeados dentre brasileiros com mais de trinta e sete anos que, obrigatoriamente, tenham formação superior em Direito ou Contabilidade.
- b) O Tribunal de Contas do Estado do Piauí será integrado por três Conselheiros de livre escolha pelo Governador do Estado.
- c) Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí gozam das garantias vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios.
- d) A Corte de Contas é composta por sete Conselheiros, sendo escolhidos, alternadamente, entre Auditores e Membros do Ministério Público de Contas, indicados em lista tríplice elaborada pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.
- e) Quatro Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí serão escolhidos entre os deputados que compõem a Assembléia Legislativa.

**13. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e de suas entidades, exercida pelo Congresso Nacional e por parte de cada Poder NÃO abrange aspectos de:**

- a) economicidade.
- b) aplicação de subvenções.
- c) legitimidade.
- d) instituição de tributos.
- e) renúncia de receitas.

**14. Em relação ao Plano Plurianual (PPA), à Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), previstos para cada esfera de Governo pela Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:**

- a) o projeto de lei das diretrizes orçamentárias será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- b) as emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária anual serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- c) integrará o projeto da lei orçamentária anual um Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- d) o projeto de lei do Plano Plurianual deve vigor no mesmo prazo do mandato do Chefe do Poder Executivo, devendo ser encaminhado até fevereiro do primeiro ano do respectivo mandato, com prazo final de aprovação até o mês de abril do mesmo ano.
- e) o projeto de lei orçamentária anual poderá consignar dotação para investimento com execução superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual, desde que sua relevância ou interesse sejam demonstrados pelo chefe do Poder Executivo, com a indicação das receitas que o financiarão.

**15. Sobre o Windows Explorer marque a verdadeira.**

- a) É o Sistema Operacional mais utilizado do mundo, visto que o Linux que é seu concorrente geralmente não têm as mesmas facilidades de uso e não suporta jogos.
- b) Em uma pasta com muitos arquivos deseja-se identificar facilmente os arquivos que foram criados mais recentemente, para isto basta usar Modo de Exibição “Detalhes” e clicar sobre a coluna “Recentes”
- c) Tem o conceito de Bibliotecas na organização dos arquivos. Por padrão tem-se 4 bibliotecas: Documentos, Vídeo, Imagens e Músicas, e ainda a opção para adicionar novas bibliotecas.
- d) Para ter acesso mais rápido a uma pasta específica pode-se criar um Atalho. Para isso, clica-se com botão direito do mouse sobre a pasta depois em Propriedades > aba Localização > Opção “Enviar para área de trabalho (criar arquivo)”
- e) O Windows Explorer pode ser desativado por meio do painel de controle, basta que seja instalado o Google Drive no Windows para este fique com o controle dos arquivos do Sistema.

**16. No MS Excel, os dados, numéricos ou textuais, são organizados em células. Quando o valor da coluna for maior que a área disponível podemos juntar duas ou mais células tornando-as como se fosse apenas uma. Como se chama essa operação:**

- a) Unir
- b) Formatar
- c) Split
- d) Compactar
- e) Mesclar

**17. Documentos acadêmico ou oficiais geralmente têm uma formatação de página a ser obedecida. Sobre formação de páginas e documentos no MS Word marque a alternativa incorreta:**

- a) Para ajustar as distâncias das margens do documento pode-se clicar (duplo) sobre a régua, na tela que surgir escolher a aba Margens e ajustar os valores individualmente.
- b) Dados tabulares quando inseridos em documento do Word podem ocupar muito espaço horizontal. Neste caso é melhor mudar a orientação da página de Paisagem para Retrato, na guia(aba) Layout da Página, obtendo assim uma página com mais espaço horizontal para incluir uma tabela com várias colunas
- c) Documentos Oficiais têm, geralmente, em todas as páginas um parte superior com brasão e nomes das instituições, e na parte inferior do costuma também ter uma informação ser repetida em todas as páginas, os recursos do Word que auxiliam nesta tarefa estão disponíveis na guia(aba) Inserir.
- d) Em um documento de 100 páginas, na tela de Impressão pode-se optar por imprimir apenas as páginas ímpares ou só as pares. Ainda é possível especificar de um única vez a impressão, por exemplo, das páginas de 1 a 25, a página 53 e ainda as páginas 98 a 100.
- e) Ao concluir um documento ou a qualquer momento pode-se fazer varreduras em busca de erros. Essa opção encontra-se na guia(aba) Revisão.

**18. Maria acaba de instalar um software construído para geração de etiquetas no Windows 7. Para que o relatório com as 3 colunas de etiquetas fiquem corretamente exibidas no monitor o manual recomenda usar resolução de vídeo de 800 x 600. Marque a alternativa correta sobre resolução de vídeo no Windows 7.**

- a) Para se alterar a resolução de vídeo deve-se acessar o Painel de Controle a partir do menu iniciar, depois marcar Exibir por Categoria, depois basta selecionar “Ajustar a resolução da tela na categoria “Hardware e Vídeo”.
- b) No Windows 7 não é possível ajustar a resolução de vídeo pelo sistema, visto que essa é uma propriedade do equipamento (monitor), portanto deve-se ajustá-la por meio dos botões no próprio monitor.
- c) Na área de trabalho por meio do menu contexto acessa-se diretamente a opção Resolução de Tela, que leva a uma janela onde o usuário pode selecionar sua opção dentre diversas opções de resolução de vídeo.
- d) Resolução de vídeo é feita automaticamente pelo Windows 7 de acordo com as especificações do arquivo “README” que todo programa Windows contém.
- e) Se o computador tiver uma placa de vídeo dedicada (não-integrada), as configurações de vídeo são feita exclusivamente por meio do programa da placa de vídeo.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**19. Considerando a necessidade de avaliação de séries de dados do Governo do Estado do Piauí compostas por preços e quantidades, recomenda-se a utilização do seguinte índice. Marque a alternativa INCORRETA:**

- a) Laspeyres;
- b) Paasche
- c) Bradstreet;
- d) Fischer;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

**20. Em um processo de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE – PI), considerou-se foco de fiscalização, um aumento dos preços médios acima de 15% para determinada mercadoria demandada pelo Estado nos dois últimos anos. Ou seja, caso ocorresse aumento acima de 15% em 2017 relativamente a 2015. O preço de 2017 foi 8%**

**maior que 2016 e em 2015 foi 10% menor que em 2016. Faça os cálculos necessários e marque a alternativa CORRETA.**

- a) Como o índice de preços foi de 120, haverá fiscalização;
- b) Como o índice de preços foi de 120, não haverá fiscalização;
- c) Como o índice de preços preço foi de 111, não haverá fiscalização;
- d) Como o índice de preços foi de 111, haverá fiscalização.
- e) Como o índice de preços foi de 115, não haverá fiscalização.

**21. São atividades que fazem parte do cálculo do Produto Interno Bruto de uma nação em determinado período corrente, EXCETO:**

- a) Os serviços pessoais e domésticos formais e remunerados;
- b) Veículos produzidos e vendidos em ano anterior, mas revendidos no período corrente;
- c) Serviço de habitação pelos proprietários residentes (aluguel imputado das residências);
- d) Qualquer bem ou serviço de empresa legalmente constituída destinado ao mercado.
- e) Serviços de vendas de produtos criados em períodos anteriores, mas realizados por empresa formalmente constituída em período corrente.

**22. Você percebeu que o Brasil, em geral, tem um PIB maior que um PNB. Para o Brasil ter o Produto Nacional Bruto maior que o Produto Interno Bruto, em determinado período, deverá apresentar neste período:**

- a) saldo positivo no balanço comercial e déficit no balanço de serviço.
- b) déficit no balanço comercial e superávit no balanço de serviço.
- c) saldo negativo em transações correntes.
- d) superávit no balanço das transações de serviços de fatores de produção com o exterior.
- e) superávit em transações correntes

**23. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fez novas atualizações do Sistema de Contas Nacionais do Brasil. As últimas mudanças geraram um sistema com referência 2010. Isso implica que: Marque a alternativa CORRETA.**

- b) Deflacionaram-se todos os dados do Sistema de Contas para o ano de 2010, permitindo o cálculo atualizado dos agregados;
- b) Houve atualização dos pesos das atividades econômicas adotados no cálculo do Produto Interno Bruto e de seus componentes a preços constantes para o ano 2010;
- c) Por recomendação das Nações Unidas, o IBGE desenvolveu nova metodologia de ano base 2010 para construção das contas nacionais do Brasil;
- d) Utilizando-se apenas os preços do ano de 2010, estimaram-se os agregados econômicos em séries passadas mais longas no âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Brasil.
- e) Calcularam-se as contas econômicas integradas para o ano de 2010.

**24. Em relação as fontes de arrecadação do governo, marque a alternativa CORRETA.**

- a) A tributação direta refere-se a produção e circulação de bens e serviços;
- b) A tributação indireta refere-se à arrecadação associada a renda e propriedade;
- c) A arrecadação sobre a propriedade mobiliária e imobiliária do governo é de fonte tributável;
- d) Os empréstimos são fontes de arrecadação tributária do governo.
- e) Os empréstimos não são fontes de arrecadação tributária do governo.

**25. Considerando seus estudos sobre o setor público, marque a alternativa CORRETA.**

- a) Em geral, é possível afirmar que a arrecadação pública brasileira se enquadra em um regime de tributação progressivo;
- b) Em geral, é possível afirmar que a arrecadação pública brasileira se enquadra em um regime de tributação regressivo;

- c) O Brasil é um país com elevado peso da arrecadação associada a renda se comparado com outras nações desenvolvidas;
- d) No Brasil, os ricos pagam proporcionalmente mais impostos.
- e) Há uma baixa arrecadação de tributos no Brasil associada a produção e circulação de bens e serviços, quando se compara com outras nações desenvolvidas.

**26. Considerando o governo como um agente econômico importante para sociedade, verifique as afirmativas seguintes e responda a alternativa CORRETA:**

- a) Ao absorver renda dos demais setores da economia para realizar os serviços públicos, o governo é considerado um agente improdutivo na economia;
- b) Quando realiza investimentos, o governo amplia o capital social da nação. Esses investimentos fazem parte do setor de serviços da economia;
- c) O governo é um agente produtivo, pois ao fornecer os serviços públicos cria renda.
- d) Os gastos públicos com pessoal e o custeio da máquina administrativa não fazem parte do Produto Interno Bruto da Economia.
- e) As empresas públicas são parte do governo no setor de serviços da economia.

**27. Considere seus conhecimentos sobre estatística e marque a alternativa CORRETA.**

- a) A média de uma variável aleatória é um valor esperado em número infinito de repetições de um experimento;
- b) As relações determinísticas entre variáveis que se apresentam sob uma função matemática qualquer são probabilísticas;
- c) As relações estocásticas são não probabilísticas;
- d) A média de uma variável não aleatória é um valor esperado em número infinito de repetições de um experimento.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

**28. A Renda Nacional Disponível de uma determinada nação é representada pela soma das rendas:**

- a) Renda líquida do governo mais a Renda Externa Bruta;
- b) Renda líquida do governo mais a Renda Nacional Bruta;
- c) Renda líquida do governo mais a Renda Nacional Líquida;
- d) Renda líquida do governo mais a Renda Interna Bruta.
- e) Renda líquida do governo mais a renda privada disponível;

**29. É considerado um indicador de crescimento econômico de uma determinada economia:**

- a) Renda Nacional Bruta;
- b) Produto Interno Bruto (PIB) per capita.
- c) Renda Nacional Líquida;
- d) Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes;
- e) Produto Interno Líquido (PIL) a preços correntes;

**30. Para o cálculo da Renda Nacional é necessário adicionar ao Produto Interno Bruto:**

- a) A renda líquida de fatores externos, que pode ser positiva ou negativa;
- b) A renda recebida do exterior;
- c) A renda enviada ao exterior;
- d) As transferências unilaterais correntes;
- e) A renda líquida de fatores internos, que pode ser positiva ou negativa.